

IRRIGO



Debaixo do pivô

Irrigação está dentro do planejamento das novas gerações

Gestão Compartilhada

Irrigo e ANA iniciam estudo para organização de bacias hidrográficas em Goiás

Vale do Araguaia

Produtores lutam pelo direito de plantar e colher

Terra da Irrigação

Goiás tem 3.284 pivôs centrais



Conta Zerada

Produtor de Jataí reduz 100% do custo de energia com implantação de sistema fotovoltaico

Anuncie!

na revista do
irrigante goiano

*Somos hoje o principal veículo
de comunicação do segmento*

*Com distribuição gratuita
e estratégica pelas principais
cidades ligadas à agricultura irrigada
no estado de Goiás*

Venha fazer bons negócios!

REVISTA

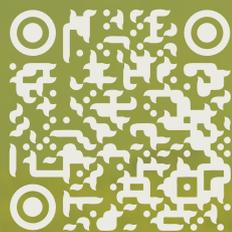
IRRIGO

61 3612 3484

61 98565 0922 

adm@irrigoias.com.br

www.irrigoias.com.br



Baixe aqui 
nosso Mídia Kit

06

De olho na economia

Produtor de Jataí reduz 100% do custo de energia com implantação de sistema fotovoltaico

14

Artigo

Tributos na exportação indireta: ICMS e os produtos agrícolas

19

Vale do Araguaia

Presidente da Aprova Agricultura Sustentável fala dos desafios enfrentados pelos agricultores da região

24

Dia de Campo

Embrapa lança novo cultivar de feijão em evento do GTec no município de Cristalina

09

Sucessão familiar

Jovens de três cidades goianas contam por que escolheram investir em irrigação

16

Cresce área irrigada em Goiás

Estudo do Governo do Estado aponta crescimento de 12%, mas produtores falam dos gargalos do setor

22

Bacia do Samambaia

Projeto-piloto para organização das Bacias está sendo realizado pela Irrigo e pela ANA com agricultores que captam água na Bacia do Samambaia

26

Dinheiro de volta

Justiça determina suspensão da cobrança de ICMS sobre desconto concedido pela Aneel aos irrigantes



REVISTA
IRRIGO

A revista Irrigo é uma publicação da Associação dos Irrigantes do Estado de Goiás - Irrigo, produzida pela Royal Branding, com distribuição gratuita.

Texto e edição

Thalita Braga (2741/GO)

Direção de Arte e Design

Adwaita Harí

Diagramação

Editorar

Tiragem

6.000 exemplares

DIRETORIA IRRIGO

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Presidente

Luiz Carlos Figueiredo

Vice Presidente

Tiago Freitas Mendonça

Secretário

Leonardo Ubiali Jacinto

Tesoureiro

Josino Antunes da Veiga

Diretor de Promoções e Eventos

Eduardo Veras de Araújo

CONSELHO FISCAL

Vitor Alberto Simão

Nilson Fogolin

Osmar Luiz Savalagio

Flávio Augusto Negrão de Moraes

Carlos Barcelos de Lima

Waldelon Alves Gomes

Para falar com a redação:

ROYAL BRANDING

Rua Aymorés, Qd M - Lt 208,

Sala "C", Setor Oeste

Cep 73850-000, Cristalina - GO

(ao lado do Sindicato Rural)

imprensa@irrigoias.com.br

+55 61 3612-3484

+55 61 99699-3484

O valor do agronegócio para o país

Comemoramos no mês de julho o Dia do Produtor Rural e o Dia do Agricultor com a sensação de que precisamos unir a categoria em prol da valorização dos trabalhadores do agronegócio. Não é uma responsabilidade pequena produzir alimentos para 207,7 milhões de brasileiros e atender ao mercado externo, pensando que as projeções da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) é de que a população mundial será de 9 bilhões de pessoas em 2050. Não há outro caminho. Precisamos cada vez mais investir em tecnologia e em modelos sustentáveis de produção.

A reportagem de capa desta edição traz informações sobre o novo modelo de geração de energia que tem conquistado os produtores rurais: a energia solar. Conhecemos a usina fotovoltaica do agricultor Antônio Gazarini, no município de Jataí (GO), e ele conta como o investimento tem garantido o barateamento dos custos de produção agrícola.

Nesta edição da Revista Irrigo vamos falar sobre o último levantamento do Governo do Estado da área irrigada por pivô central em Goiás e do papel fundamental da irrigação para a produção de alimentos no mundo. Visitamos produtores rurais de todo o Estado e a resposta é unânime quando questionados sobre a maior dificuldade em ampliar a área irrigada: burocracia. O setor que mais gerou empregos e renda no último ano segue enfrentando gargalos dentro do serviço público e profissionais do setor apontam soluções.

O futuro do agronegócio também entra em pauta com uma matéria especial sobre sucessão familiar. O campo exige cada vez mais profissionais capacitados e os filhos dos agricultores têm saído para a cidade em busca de conhecimento, mas com um diferencial: eles têm voltado para dar continuidade aos negócios da família. Nesta edição você vai conhecer a história de três jovens empreendedores no setor de irrigação.

Entre as ações da Associação dos Irrigantes do Estado de Goiás (Irrigo), apresentamos um projeto-piloto de organização de Bacias em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA) aos agricultores da Bacia do Rio Samambaia. Além do fortalecimento do setor, nosso trabalho tem sido contínuo em defesa do irrigante em todo o Estado.

Um forte abraço e boa leitura!

Luiz Carlos Figueiredo
Presidente da Associação dos Irrigantes
do Estado de Goiás



Produtor de energia

Com o sol trabalhando a seu favor, produtor rural de Jataí encontrou o caminho para diminuir custos e garantir energia limpa em seu negócio

Texto e Foto: Thalita Braga



Projetada para uma produção média de 30.000 kWh/mês, a usina fotovoltaica na Fazenda Bom Jardim está em funcionamento desde novembro de 2016 com capacidade instalada de 214 kW

Com uma área de 4 mil hectares em produção, no município de Jataí (GO), o paraense Antônio Gazarini tem história no sudoeste goiano, com altos números de produtividade nas lavouras de milho. São mais de 30 mil toneladas do grão produzidas anualmente, e, para estocar tudo isso, o agricultor mantém em funcionamento armazéns com alta demanda de energia elétrica. Em 2015, Gazarini viu na energia solar a possibilidade de diminuir os custos da produção, tendo o sol trabalhando a seu favor na produção de energia.

O produtor rural conta que após pesquisas sobre a tecnologia e a viabilidade econômica do projeto, apresentadas pela empresa Strom Brasil, não teve dúvidas em investir no negócio. “Nós vimos a viabilidade do projeto porque energia elétrica é muito cara e demanda

muitos recursos. Além disso, a empresa que escolhemos para executar esse investimento viabilizou todo o projeto pelo Fundo de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)”, conta Antônio. O empresário estima obter o retorno do valor investido em cinco anos.

Entre as vantagens do sistema, Gazarini aponta a redução dos custos da conta de energia e a capacidade de produção a partir de uma fonte renovável infinita (o sol). “A grande vantagem é que, com o funcionamento sazonal dos armazéns, tem época que nós estamos produzindo energia, mas não estamos consumindo. Isso gera créditos que, quando forem necessários, serão compensados junto à concessionária; temos uma garantia de 25 anos do sistema que adquirimos, além de ser uma energia limpa e de graça”, afirma.

Para Gazarini, não restam dúvidas: foi um investimento certo. “A usina está em pleno

Antônio Gazarini viu na energia solar a possibilidade de diminuir os custos da produção agrícola



funcionamento, trata-se de um projeto totalmente viável e, até o momento, os resultados têm sido dentro do esperado. No final do ano, quando completarmos um ano de funcionamento, teremos dados ainda mais precisos, visto que a demanda principal são os armazéns, que têm funcionamento sazonal. Já estou indicando para os amigos”, diz.

Eficiência energética

Projetada para uma produção média de 30.000 kWh/mês, a usina fotovoltaica na Fazenda Bom Jardim está em funcionamento desde novembro de 2016 e atende toda a demanda da propriedade: sede e armazéns. São 690 painéis fotovoltaicos e seis inversores de energia, totalizando 214 kW. Segundo o diretor comercial da Strom Brasil, Fernando Sabino, responsável pelo projeto, a capacidade de produção de ener-

gia da usina corresponde ao uso mensal de 300 domicílios de baixa renda.

Fernando destaca a facilidade de acesso às informações de desempenho do sistema fotovoltaico. “A Strom conta com um sistema de monitoramento remoto que permite que o produtor acompanhe, em tempo real, o desempenho de sua usina, tanto na economia de energia, quanto nos benefícios ambientais, inclusive, se quiser, pelo celular”, destaca.

Pensando lá na frente

O engenheiro agrônomo Cláudio Seabra, representante comercial da Strom Brasil, esclarece que a implantação de usinas de energia fotovoltaica não causa impactos ambientais, como, por exemplo, inundações de áreas agricultáveis, devastação da flora e fauna e emissão de CO₂ na atmosfera, impactos estes danosos e, muitas vezes,

irreversíveis para o ecossistema. “O Brasil possui um imenso potencial para gerar eletricidade a partir do sol. Só para se ter uma ideia, a radiação solar na região mais ensolarada da Alemanha, que é um dos líderes mundiais no uso da energia fotovoltaica, é 40% menor do que na região menos ensolarada do Brasil”, destaca.

Cláudio Seabra esclarece ainda que o custo de implantação de uma usina fotovoltaica, que era economicamente inviável há algum tempo, caiu cerca de 40% nos últimos quatro anos. “Este fato, somado à abertura de linhas de crédito de financiamento, como, por exemplo, o FCO, faz com que, agora, os projetos sejam muito viáveis, pois as parcelas do financiamento bancários são cobertas pelos valores anteriormente pagos para a concessionária de energia. Como o *payback* dessas operações dá-se entre quatro e sete anos, dependendo do projeto, e a garantia de produção da usina é superior a 20 anos, o que era despesa para o irrigante passa a ser uma grande fonte de lucro”, ressalta.

Outra viabilidade do investimento é a possibilidade de produzir energia em uma área – rural ou urbana –, e compensá-la em outro endereço dentro da área da mesma concessionária. “Caso o consumo esteja abaixo da produção de energia da usina fotovoltaica, o proprietário pode fazer a compensação do excedente em sua casa

ou escritório”, explica Seabra. Segundo o Caderno de Recursos Energéticos Distribuídos, da FGV Energia, a geração distribuída no Brasil tem como base o *net metering*, no qual o consumidor-gerador (ou “prosumidor”, palavra derivada do termo em inglês *prosumer – producer and consumer*), após descontado o seu próprio consumo, recebe um crédito na sua conta pelo saldo positivo de energia gerada e inserida na rede (sistema de compensação de energia). Sempre que existir este saldo positivo, o consumidor recebe um crédito em energia (em kWh) na próxima fatura e terá até 60 meses para utilizá-lo. No entanto, os “prosumidores” não podem comercializar o montante excedente da energia gerada entre eles.

Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os sistemas solares fotovoltaicos instalados em residências, comércios, indústrias, prédios públicos e na zona rural já representam mais de 99% das instalações de micro e minigeração distribuídas no Brasil. O país possui, atualmente, 12.520 sistemas fotovoltaicos conectados à rede, que proporcionam economia na conta de luz dos consumidores e beneficiam um total de 13.897 unidades consumidoras espalhadas pelo território nacional. Dos 100 MW instalados, 42% são provenientes da fonte solar fotovoltaica e representam mais de R\$ 850 milhões em investimentos no país. 📶

strom
BRASIL

LÍDER NO MERCADO DE
ENERGIA FOTOVOLTAICA
+ DE 200 USINAS CONTRATADAS

+55 61 3011 4040 BRASÍLIA
+55 61 99982 9133 📞
www.strombrasil.com.br

✓ ENGENHARIA
✓ PROJETO
✓ CONSTRUÇÃO

Filhos do Agro

Jovens de três cidades goianas contam por que escolheram investir no setor de agricultura irrigada em Goiás e comemoram os resultados do negócio

Texto e Foto: Thalita Braga



S seja no campo, seja na cidade, uma das grandes preocupações de um empresário é a sucessão do seu negócio. Não basta construir uma empresa de sucesso; é preciso que alguém dê continuidade aos projetos e faça com o que o negócio prospere, abra novos mercados e adapte-se às novas tecnologias. Foi preocupado em cuidar dos negócios da família que no ano de 2005 Júlio César Priori, com apenas 16 anos, resolveu deixar os pais e os irmãos na cidade de Jataí (GO) e ir para Piracicaba (SP) iniciar seus estudos em Engenharia Agrônômica. Cinco anos depois, estava de volta e cheio de planos para a propriedade da família. O

principal deles era a vontade de expandir a produção agrícola.

Com o alto custo das terras na região de Jataí, Júlio passou a buscar formas de aumentar a produção na área que já era da família, e foi aí que decidiu investir em irrigação. “Visitei alguns produtores na região de Jataí e de Cristalina para conhecer modelos de já estavam dando certo, também busquei auxílio técnico com um especialista em irrigação (professor), e optei pela instalação de quatro pivôs centrais. Logo na primeira safra eu tive certeza de que havia feito um investimento certo”, conta. Júlio viu não só a produtividade crescer, como também passou a ter segurança na colheita da

No município de Jataí (GO), Júlio Priori passou 275 hectares de lavoura para debaixo do pivô e pretende ampliar a área irrigada



Com gestão eficiente e investimentos em tecnologia, Pedro Merolla assumiu os negócios da família na Fazenda Santa Fé e hoje irriga uma área de 2,2 mil hectares em Santa Helena de Goiás

safra. “Irigar é ter a garantia de que, mesmo que a chuva falte, haverá boa colheita”.

A partir da primeira experiência com a irrigação no ano de 2013, a família Priori, que até então produzia em 2,2 mil hectares (ha) de sequeiro, passou a irrigar 275 ha, produzindo soja, feijão e milho. Júlio conta que o principal entrave para aumentar a área irrigada continua sendo a obtenção de outorgas na Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Secima), órgão responsável pela emissão do direito de uso da água. O agricultor aguarda liberação de outorga para irrigação de 160 ha há mais de três anos, e mesmo contando com o apoio técnico de uma empresa especializada nesse tipo de atividade, o processo no órgão estadual é moroso.

Além da produção irrigada, Júlio César e o irmão Paulo Ricardo conduzem, junto com o pai, Luiz Paulo Priori, uma empresa de sementes e defensivos na cidade de Jataí. Para o patriarca da família Priori, que veio para Goiás em 1984 objetivando produzir alimentos, ver os dois filhos agrônomos é uma

realização. “O Júlio cuida da lavoura, eu e o Paulo cuidamos do armazém, e é importante que eles façam parte do negócio porque é preciso pensar em sucessão. Ninguém vive para sempre”, diz. Entre os projetos de inovação, o empresário faz planos para implantação de energia solar e garante que o futuro é de quem investe em tecnologia.

Tradição familiar

Na cidade de Santa Helena de Goiás, a família Merola foi pioneira na instalação de irrigação no ano de 1978. Ricardo Merola lembra que o negócio começou com o avô, Misael Rodrigues de Castro, em 1933. Anos depois (1958) passou para o seu pai, Antônio Merola. Em 1976 foi a vez de Ricardo deixar o Rio de Janeiro, onde havia se formado engenheiro mecânico, para assumir a fazenda. “Como eu era de outra área, passei a estudar muito sobre maneiras de melhorar a produção na propriedade do meu pai. Passamos a cultivar arroz e milho, e com uma parceria com a Embrapa Arroz e Feijão, iniciamos a produção de sementes”, conta.

Foi a partir da parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) que o agricultor abriu a primeira área irrigada de feijão. “Naquela época, por sermos pioneiros, não faltava nem energia elétrica e nem água para irrigação. Começamos com uma área de 60 ha irrigados por autopropelido (canhão). Em pouco tempo essa área chegou a 700 ha e passamos a produzir sementes de sorgo e milho também”, lembra Ricardo. Para a ampliação dessa área foi preciso a construção de represas para armazenamento de água. O interesse em produzir mais e melhor levou o produtor rural até o Estado do Paraná, em 1982, para conhecer a técnica de plantio direto.

Segundo Ricardo, a opção por plantio direto trouxe para sua propriedade uma série de benefícios que contribuíram para a melhoria da produção. “A primeira vantagem foi a agilidade com que se pode começar uma nova cultura após a colheita. Também conseguimos eliminar uma praga muito comum em Goiás, a tiririca, que estava se alastrando pela área de plantio”, conta. Ele destaca que a prática de plantio direto é essencial para a conservação do solo, uma vez que diminui o risco de erosões e retém umidade, garantindo a economia de até 30% de água na hora de irrigar.

Com os negócios crescendo, no ano de 2012 Ricardo decidiu que era hora de passar a condução da Fazenda Santa Fé para seu único filho, Pedro Merola. Formado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) em Engenharia Agrônômica, Pedro havia sido criado na propriedade em Santa Helena de Goiás até os 12 anos, quando foi estudar em Uberlândia (MG), e, posteriormente, em Piracicaba (SP). Sempre envolvido com os negócios da família, em 2008 o jovem empresário assumiu o cargo de CEO da Fazenda Santa Fé e passou a investir pesado em tecnologia e melhoramento da produção.

Hoje, com 2,2 mil ha irrigados, Pedro Merola, que está na quarta geração da família de agricultores, afirma que sua maior preocupação é garantir um negócio sustentável. “O meu negócio sempre foi prestar serviço. Como minhas fazendas têm muita água, todos os projetos desenvolvidos, tanto na área de pecuária quanto na área de agricultura, foram pensados para assegurar a

sustentabilidade da propriedade no longo prazo”, assegura.

O produtor rural prevê a expansão da irrigação no Estado e acredita que o investimento é rentável, mas alerta para o planejamento na hora de fazer o projeto. “A concorrência para se obter outorga de uso de água vai aumentar muito nos próximos anos. Quem quer irrigar precisa estar atento a todas as exigências que a atividade exige. Com o tempo, vai se provar que a irrigação é muito viável. No meu caso, a irrigação é uma paixão que eu aprendi a gostar desde pequeno”, afirma.

Sem frescura

Mulher, bonita e jovem. Essas são três características que qualquer pessoa que chega na fazenda do José Martins, em Campo Alegre (GO), logo percebe ao conhecer seu braço direito nos negócios, sua filha Jaqueline Martins. Mas basta acompanhar a rotina da moça para saber que sua função não é dentro do escritório da fazenda. Com apenas 22 anos, Jaqueline, que cursou faculdade de Administração, optou por ficar longe do ar-condicionado para cultivar a terra junto com o pai, o irmão e os tios. Mesmo enfrentando muito preconceito, até pelos próprios funcionários da fazenda, a moça provou que o lugar dela seria onde ela quisesse, e não fugiu do trabalho pesado.

A história da família Martins tem início em 1986, quando surgiu a oportunidade de um grupo de 30 colonos do Sul do país virem para Goiás, por meio do Projeto Paineiras, do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira



Vencendo preconceitos, Jaqueline Martins é braço direito do pai, José Martins, na condução do negócio da família, em Campo Alegre (GO)

para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) – um projeto geopolítico de incentivo ao desenvolvimento do Cerrado para produção de alimentos, entre os governos do Brasil e do Japão. Sem medo de trabalho, José e um irmão deixaram parte da família no Sul e vieram desbravar o território goiano. Eles, que já trabalhavam com agricultura como funcionários de uma fazenda no Paraná, receberam uma proposta dos patrões, que inicialmente parecia uma nova oportunidade de melhoria de vida. “Vocês vão abrir umas terras numa fazenda em Goiás, eu vou colocar a propriedade no nome de vocês e o que nós produzirmos vamos dividir, uma parceria”, lembra o produtor. Mas, ao chegar em Goiás, as coisas não saíram exatamente dentro do combinado.

Depois do financiamento aprovado no banco e de três anos de trabalho árduo cultivando soja, o até então empregador de José desapareceu, deixando apenas dívidas do empréstimo para a família. Foi nesse momento que José decidiu não desistir. “Foi muito trabalho, recomeçamos do zero, nunca esbanjamos nada e com a graça de Deus colocamos o lote 25 para gerar renda de novo”, conta.

No ano de 1993, José decidiu investir em irrigação e de lá para cá os investimentos só aumentaram. Ele reconhece a importância desse tipo de manejo para a produção agrícola. **“Irrigação significa a sobrevivência de um agricultor, plantar em Goiás dependendo só de chuva é muito difícil se manter”.**

Jaqueline lembra que, no início, por falta de tecnologia, muitas vezes ela, o pai e o irmão não tinham hora para começar e nem para parar de trabalhar. “Quantas vezes nós saímos de casa de madrugada ou tarde da noite para ligar e desligar os pivôs. Sem automação era tudo manual. Felizmente os tempos são outros, e graças à tecnologia tudo ficou mais fácil”, conta.

Não houve dificuldade que desanimasse a família Martins de seguir o sonho de ampliar a produção. Hoje os 11 membros da família cultivam uma área de 4 mil ha, dos quais 700 são irrigados. Alho, batata, milho doce, beterraba, feijão. Nem para cursar a faculdade, Jaqueline deixou de ajudar na fazenda. E os sonhos do pai e da filha passaram a se misturar: estabilidade, diversificar o negócio, ampliar a produção agrícola. Quando perguntada sobre o futuro, Jaqueline afirma: “quero aumentar o que já conseguimos e administrar o que já temos com a mesma eficiência que o meu pai sempre teve. Quem olha a história dele, a nossa história, reconhece que ele é uma referência para todos os produtores do projeto”, diz Jaqueline.

José não esconde o orgulho dos filhos e também já ensina para o neto, Nicolas Martins, de 6 anos, o gosto pelo cultivo da terra, deixando um questionamento: “Se não houver sucessão, quem vai dar continuidade à agricultura? Quem vai produzir alimento? Se não fosse a certeza de que meus filhos darão continuidade ao nosso negócio, qual seria o significado de continuar investindo e trabalhando?”. ☺

Vá para o campo informado

acesse www.irrigoias.com.br

siga facebook.com/irrigoias

envie CADASTRAR p/ 61 99699 3484



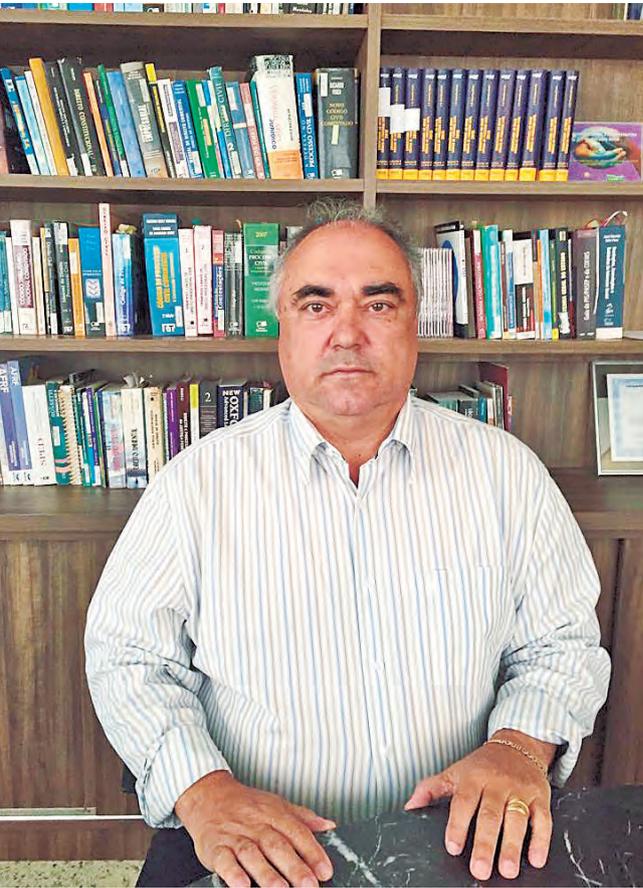
royalbranding.com.br



ou acesse aqui

Tributos na exportação indireta: ICMS e os produtos agrícolas

Texto e Foto: Thalita Braga



Gilmar Wisniewski
é contador, advogado e
consultor tributário e
empresarial

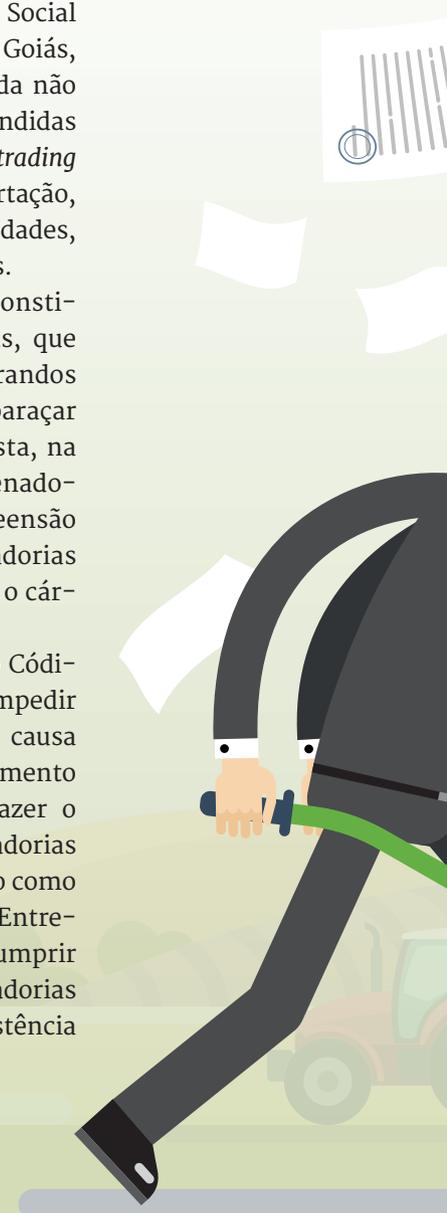
empresas comerciais exportadoras com o fim específico de exportação. É importante lembrar que essa receita não integra a base de cálculo das contribuições sociais do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Contudo, UFs, entre as quais Goiás, insistem em opor resistência à referida não incidência, quando *commodities* são vendidas diretamente pelos produtores rurais *trading companies*, com fim específico de exportação, quer os produtos saiam de suas propriedades, quer saiam de armazéns e cooperativas.

Sem dúvida, há ilegalidade e inconstitucionalidade nas medidas arbitrárias, que vão desde edição de portarias e memorandos instruindo postos de fronteira a embarçar e exigir o recolhimento do ICMS à vista, na saída dos produtos da unidade armazenadora ou do território do Estado, até a apreensão – também inconstitucional – de mercadorias e de caminhões transportadores, com o cárcere indireto dos condutores.

Segundo a Constituição Federal e o Código Tributário Nacional, não se pode impedir o direito de ir e vir de ninguém, por causa de dívida ou insuficiência de recolhimento tributário. O ente tributante deve fazer o lançamento e liberar tanto as mercadorias quanto o transportador, este designado como fiel depositário do produto carregado. Entretanto, há muito que o Fisco deixou de cumprir essa norma legal, apreendendo mercadorias e pessoas por insuficiência ou inexistência

As Unidades Federadas (UFs) têm imposto restrições ilegais às exportações indiretas de *commodities* agrícolas, exigindo cadastros e/ou recolhimentos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) em desatenção às disposições constitucionais e do Código Tributário Nacional.

Não existem questionamentos quanto à suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e não incidência do ICMS quando das vendas efetuadas por estabelecimentos industriais ou comerciais para



de recolhimento do ICMS, com a conivência do Judiciário, por meio do Ministério Público e das Instâncias Julgadoras. Isso contraria completamente os princípios da legalidade e da razoabilidade.

Já quanto ao aspecto das exportações indiretas de produtos agrícolas, as autoridades têm imposto regras exigindo cumprimento de obrigações acessórias, tais como cadastro do destinatário da mercadoria – sobre quem não detém qualquer jurisdição – para conceder “benefício” fiscal de saída sem destaque do ICMS.



O Estado “justifica” sua arbitrariedade transferindo a responsabilidade para o Governo Federal, que não repassa a compensação financeira pela “perda” de arrecadação implantada pela Lei Kandir, que, embora aprovada em 1996, até hoje, julho de 2017, não entrou plenamente em vigor porque os Entes Federados não se entendem.

Ora, direito líquido e certo não é, nunca foi e somente será benefício fiscal se o Poder Judiciário mantiver posição estatal-corporativista, deixando de cumprir seu papel com independência. Se olhar para o caixa do Estado, não para o livro da lei, o que não se espera, pois, sem dúvida, o Direito Tributário existe para defender o contribuinte contra o monopólio e a ganância do Estado Legislador e a tentação de se apropriar de tudo o que o contribuinte produz.

Quem vem pagando a conta são os setores produtivos e contribuinte que, para terem seus direitos preservados, são obrigados a demandar contra tudo e contra todos. Aquilo que deveria ser pacífico cumprimento da lei torna-se ferrenhas batalhas judiciais que atravessam anos e instâncias para primeiro se reconhecer o direito do contribuinte. Depois disso, mais duas ou três instâncias até se conseguir executar a sentença e receber precatórios vencíveis algum dia, mas recebíveis mesmo somente no final dos tempos. Isto, sem dúvidas, aumenta o famigerado “custo-Brasil”, pois os produtores e comerciantes têm de repassar isso nos preços de venda. Tudo isso é muito difícil de explicar para estrangeiros interessados em investir no Brasil, pois não compreendem como se faz uma lei e o próprio Governo não a cumpre. 📶

Quem irriga, colhe!

Produtores de Goiás encontram na irrigação a garantia de rentabilidade na produção agrícola

Texto e Foto: Thalita Braga



Em um momento de crise econômica no país, o setor de agronegócio comemora o aumento da área irrigada em Goiás. O último levantamento divulgado em junho de 2017 foi realizado pela Secretaria de Estado da Fazenda e pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos da Secretaria de Gestão e Planejamento (IMB/Segplan). Os números revelam uma evolução crescente da área irrigada no território goiano: em 2000, a área irrigada por pivôs era de 117.773 hectares (ha), passando para aproximadamente 212.217 ha em 2013. Já em 2015 esse número chegou a 237.365 ha, ou seja, um incremento de 24.698 ha, ou 11,61%.

Para o diretor técnico da Associação dos Irrigantes do Estado de Goiás (Irrigo), Renato Caetano, o aumento da área irrigada por pivôs centrais está relacionada diretamente à necessidade de se produzir mais em uma mesma área e à segurança de produtividade e rentabilidade do agricultor. “No caso da soja, por exemplo, Goiás produz em aproximadamente 3,1 milhões ha de soja por ano; destes, 70 mil ha são irrigados. A média de produtividade é 3,5 mil quilos/ha. Na área irrigada, esse número sobe para 4,6 mil quilos”, compara.

O estudo relaciona todos os pivôs centrais instalados em Goiás e no Distrito Federal no ano de 2015, que revelou um total de 3.502

Nilson Fogolin está na lista dos novos irrigantes do município de Cristalina, e em 2018 passará a irrigar 90 ha

equipamentos, sendo 3.284 em Goiás e 218 no Distrito Federal, com área irrigada de 237.365,60 ha e 13.519,83 ha, respectivamente.

Terra da irrigação

A análise do mapeamento em comparação aos dados históricos sobre pivôs centrais mostra que o município de Cristalina mantém-se como principal utilizador de pivôs centrais nos últimos anos, sendo destaque em relação à quantidade de equipamentos, à área cultivada por pivôs centrais em relação aos demais municípios goianos e com maior incremento (4.336,79 ha) em comparação ao ano de 2013.

Segundo o diretor executivo da Irrigo e presidente do Sindicato Rural de Cristalina (SRC), Alécio Maróstica, existe hoje no município o cadastro de 152 produtores que irrigam por pivô central, e, em contrapartida, há o quádruplo desse número referente aos que querem irrigar. “A Agência Nacional das Águas (ANA) já deixou claro que, para que haja liberação de novas outorgas para irrigação, é preciso que se crie um modelo de gestão coletiva entre os irrigantes; não existe outro caminho”. Alécio salienta a importância da irrigação para a produção de alimentos. “Em Cristalina, por exemplo, os 57.307 ha irrigados produzem mais que os outros 259.200 ha não irrigados. Descobrimos o caminho para a produtividade e agora precisamos nos organizar para garantirmos o uso do nosso principal insumo: a água!”.

Nilson Fogolin está na lista dos novos irrigantes do município com maior área irrigada de Goiás. Ele que trabalha com a terra desde ano de 1986 e chegou a cultivar 1.200 ha de sequeiro, resolveu investir em agricultura irrigada este ano. “Nós temos acompanhado os bons resultados das áreas irrigadas na região. Melhoria de produtividade, garantia de colheita na safrinha e mais segurança para investimentos”, conta. Fogolin, que hoje cultiva 800 ha de sequeiro, em 2018 deverá passar 90 ha para debaixo do pivô. “Como nossa propriedade não é cortada por rios, vamos usar uma antiga área de garimpo para fazer barragens, e com esse reservamento de água das chuvas, fazer irrigação de complemento”, diz.

A construção de barramentos para reservação de água das chuvas é considerada um modelo de sustentabilidade. Caetano explica que as barragens são utilizadas como caixas d’água pelos produtores. “Na cidade a maioria das casas e prédios usa caixas d’água para reservamento; no campo não é diferente, os produtores também precisam desse estoque, e é durante o tempo chuvoso que estas barragens são enchidas, para que na época da seca haja água para irrigação”, esclarece.

Além de Cristalina, os municípios com maior área irrigada em Goiás são: Jussara, Paraúna, Morrinhos e Luziânia. Regiões produtoras de culturas temporárias ou de ciclos curtos – feijão, batata-inglesa, tomate, alho e milho, que abastecem o mercado local e as indústrias de alimentos.

Na outra ponta

Falta energia. Falta outorga. Falta estímulo. Sobra água. Na região sudoeste de Goiás, em Jataí, mesmo com uma área de apenas 1,6 mil ha irrigado, quem quer investir no setor sofre com a morosidade na liberação de outorgas e também com a falta de energia elétrica. Agricultor e secretário de Desenvolvimento Rural no município de Jataí, Silomar Cabral Faria, conta que uma das suas primeiras ações como secretário municipal foi passar a acompanhar os protocolos de pedidos de outorga junto à Secima. “A irrigação tem uma importância

Silomar Cabral defende que Jataí é a nova fronteira da irrigação em Goiás, mas falta estímulo para o setor



muito grande para agricultura na nossa região. Estamos acompanhando o processo de 100 produtores, que, juntos, deverão irrigar cerca de 6 mil ha, ao passo que, se houver a liberação das outorgas pela Secima, isso reflete diretamente na economia do município”, afirma.

Segundo Cabral, outro entrave para o aumento da irrigação em Jataí é a falta de estímulo aos produtores. “Ainda falta para os agricultores da região conhecimento sobre importância da técnica de irrigação. É comum falar que irrigar seca os rios, mas Jataí está na maior Bacia de vazão de Goiás”. Ele destaca o posicionamento do município sobre o aquífero Guarani, que é um arenito que pereniza a água dos córregos, o que mantém a vazão constante dos rios na região, tornando o município propício para se tornar uma das maiores áreas irrigadas do Estado. “Jataí é a nova fronteira da irrigação no Estado de Goiás. O que falta para isso? Falta outorga, falta energia, falta o produtor entender a importância da irrigação e ter incentivos para investir em sua produção”, garante.

Por que não tem energia?

Segundo o engenheiro agrônomo e especialista em gestão ambiental, Leandro Lima, a necessidade de socorrer as lavouras nos veranicos, aumentar a produtividade e garantir uma terceira safra com diversificação de culturas tem atraído cada vez mais produtores para irrigação. “Nós temos um projeto de desenvolver um polo de hortifrúti na região para abastecer o mercado interno. São cerca de 700 mil habitantes vivendo no raio de até 100 quilômetros, e é nesse público que estamos pensando”, pontua. Segundo o agrônomo, falta volume de produção, e, com a organização dos produtores, isso é possível.

Para ele, um dos gargalos que o município enfrenta para avançar no projeto é a falta de energia elétrica, fundamental para produção de hortifrúti, que, no Cerrado, depende da irrigação. “Existem várias hidrelétricas e termelétricas na região, mas a energia produzida é distribuída em outras regiões e acaba sendo

insuficiente para produção de alimentos aqui. O que falta é uma organização dos produtores para cobrar isso junto à Companhia Energética de Goiás (Celg)”, afirma. Segundo ele, é preciso mapear os agricultores que querem irrigar e garantir que essas pessoas possam ter acesso à energia elétrica. 

Especialista em gestão ambiental, Leandro Lima, aponta irrigação como solução para socorrer as lavouras nos veranicos, aumentar a produtividade e garantir uma terceira safra



A voz do Vale do Araguaia: “Queremos exercer nosso direito de plantar e colher!”

Associados da Aprova Agricultura Sustentável apresentam estudo que mostra capacidade hídrica para irrigação na Bacia dos Rios Tocantins e Araguaia

Texto e Foto: Thalita Braga

Foto: Divulgação

Estudo levantou que a região hidrográfica do Tocantins-Araguaia destaca-se por ser a segunda maior do país em termos de área e de vazão, inferior apenas a do Amazonas.

Como assegurar alimentos para a população mundial? A resposta parece óbvia, não é mesmo? Incentivando o produtor rural a produzir cada vez mais,oras! Mas o que parece uma solução muito simples, na realidade não está sendo aplicada no campo. Segundo projeções da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a população mundial deverá chegar a 9 bilhões de pessoas em 2050, e, para atender a essa demanda, a produção de alimentos precisa crescer 70%. Enquanto agricultores investem em tecnologia, pesquisa, qualificação de profissionais e projetos sustentáveis, buscando elevar a produtividade de áreas já cultivadas, também precisam travar brigas na Justiça e enfrentar processos burocráticos cada vez mais rigorosos e demorados para terem o direito de plantar e colher.

Agricultores da região do Vale do Araguaia relatam que desde o final do ano de 2016 vêm sofrendo com a intensificação das fiscalizações, ao passo que a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado (Secima) não consegue agilizar os processos para análise de pedidos de outorgas, bem como os de licenças ambientais. Não bastasse a burocracia enfrentada pelos produtores rurais, devido ao apelo turístico da região, o caso ganhou repercussão em todo o Estado e os irrigantes ganharam o rótulo de destruidores do meio ambiente.

Celso Lopes, presidente da Associação dos Produtores do Vale do Araguaia (Aprova Agricultura Sustentável), conta que existe um movimento que, de maneira irresponsável, dissemina informações na internet que acusam os agricultores de estarem “secando o Araguaia” sem realmente conhecer a

realidade da região. “Os produtores do Vale do Araguaia enfrentam hoje um julgamento inadequado da maioria dos que acompanham o caso pela mídia. Apesar de não termos condições de usar água de reservação devido à topografia, porque a construção de represas causaria inundações e danos ambientais enormes, o que nós fazemos é antecipar a safra e usar água de aluvião (águas remanescentes das chuvas) para irrigar. Logo que colhemos, em julho, encerramos a atividade e só voltamos a irrigar em outubro”, afirma.

Segundo Celso, a produção agropecuária no Vale do Araguaia é dividida em 90% pecuária e 10% agricultura irrigada, e o regime de seca é muito rígido e não permite sequeiro. “São 35 agricultores que irrigam 16 hectares, e que dependem diretamente da irrigação para produzir. Quem se aventurou à produção de sequeiro, quebrou. Então, sem irrigação para complementação das águas das chuvas, é impossível produzir”, afirma.

Entraves

Celso relatou que a burocracia enfrentada nos órgãos ambientais do Estado acabou causando sérias represálias aos produtores, que mesmo com processos abertos na Secima, foram indiciados e tiveram suas propriedades embargadas. “Nós reconhecemos que a situação chegou nesse ponto também por negligência da nossa parte. Como os prazos de outorgas e licenças ambientais vencem em datas diferentes, nós ficávamos tão preocupados com o vencimento das outorgas que acabamos esquecendo o vencimento das licenças, e isso culminou em vários produtores multados, fazendas interditadas e um clima de terror e perseguição pela Delegacia Estadual do Meio Ambiente”, conta o presidente da Aprova Agricultura Sustentável.

Com as interdições foi instaurado um caos social na região do Vale do Araguaia. “Não conseguíamos plantar, centenas de famílias ficariam desempregadas sem a liberação para o plantio e as prefeituras perderiam muito em arrecadação”, afirma Celso. Ele relata que foi a partir daí que produtores e dez prefeitos da região criaram um manifesto

que foi entregue ao governador Marconi Perillo, que finalmente acionou a Procuradoria-Geral de Justiça e a Secima para solucionar o impasse que vivem os produtores daquela região.

Após reunião com equipe técnica da Secima, a superintendente de Licenciamento e Fiscalização, Gabriela de Val Borges, priorizou a análise de processos dos associados da Aprova Agricultura Sustentável, e no mesmo mês os produtores do Vale do Araguaia puderam iniciar o plantio de suas lavouras. “Foi realizado um acordo tácito, que nos permitiu plantar e colher este ano, mas ainda não há nada no papel que decida o futuro dos agricultores no próximo ano, mas nosso objetivo é que o governador assine um decreto de lei para que, a partir do momento em que o processo seja protocolado na Secima, os produtores não sejam mais multados até que o mesmo seja finalizado”, diz.

Pesquisa

O presidente da Aprova Agricultura Sustentável conta que chegou a encomendar um estudo na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para desmistificar a falsa ideia de que os agricultores estão esgotando a capacidade hídrica do Rio Araguaia. Em nota técnica, o pesquisador Lineu Neiva e o engenheiro agrônomo, especialista em agricultura sustentável, Bento Godoy, avaliaram que a região da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins e Araguaia apresentou, nas últimas décadas, um crescimento econômico acima da média do país. “Com condições propícias de clima, solo, altitude, topografia e disponibilidade hídrica, o Vale do Araguaia no Estado de Goiás mostrou-se extremamente favorável à produção irrigada de culturas, como o feijão e a soja, principalmente, de forma integrada com a criação de gado”, afirma Lineu.

O estudo aponta que, devido às características climáticas de altas temperaturas nos meses de seca e à altitude média da região, variando de 250 a 350 metros, a irrigação somente se mostra viável em caráter complementar em períodos de chuva. As necessidades de irrigação estimadas, com base nos coeficientes de cultura e evapotranspiração potencial da região, variam de 350 a 400 milímetros anuais, considerando o calendário de plantio apresentado abaixo.

Quadro 1 – Cronograma de plantio, precipitação e necessidade de irrigação no Vale do Araguaia

Cultura	Ciclo	Precipitação acumulada (mm)	Irrigação complementar (mm)
Soja	Outubro-fevereiro	1043,28	80
Milheto	Fevereiro-março	413,29	20
Feijão	Abril-junho	182,96	200
Milheto	Julho-setembro	100,26	80
Total		1531	380

Fonte: Autor, com exceção de dados de precipitação, que são de Marcuzzo, Cardoso e Faria (2012).

Presidente da Aprova Sustentável, Celso Lopes, afirma que agricultura irrigada alavancou a geração de emprego e renda nos municípios do Vale do Araguaia

Segundo Bento Godoy, no vale do Rio Araguaia, a produtividade média do feijão irrigado é 4,4 vezes maior do que a média nacional, e a soja 1,5 vez, refletindo um incremento produtivo médio de aproximadamente 3 vezes a produtividade média nacional em lavouras não irrigadas. “Esses números indicam que a agricultura irrigada na região é altamente tecnificada. Esta maior produtividade advinda da irrigação reflete-se na sensível diminuição da pressão por abertura de novas áreas para atendimento do mercado consumidor”, avalia.

Outro dado importante que o estudo levantou é de que a região hidrográfica do Tocantins-Araguaia destaca-se por ser a segunda maior do país em termos de área e de vazão, inferior apenas à do Amazonas. “As dimensões equivalem a 1,5 vez a Bacia do Rio São Francisco, e a vazão média de 13.799 m³/s (8% do total do país) resulta em um elevado valor *per capita* de 60.536 m²/hab.ano, ou seja, 60 vezes superior aos limites de criticidade estabelecidos para determinação de cenário de escassez hídrica”, garante Lineu.



ANA e Irrigo fecham parceria para desenvolvimento de projeto-piloto de organização de Bacias em Goiás

Estudo está sendo desenvolvido na Bacia do Samambaia, no município de Cristalina, onde 30 agricultores cultivam uma área de 20.131 hectares irrigados por pivôs centrais

Texto e Foto: **Thalita Braga**

Atentos à necessidade de organização dos produtores rurais e da gestão do uso da água para irrigação, a Associação dos Irrigantes do Estado de Goiás (Irrigo) propôs, em abril de 2016, uma parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Sindicato Rural de Cristalina (SRC) para desenvolvimento de um estudo minucioso sobre o uso da água na Bacia do Rio Samambaia, no município de Cristalina. Segundo o presidente da Irrigo, Luiz Carlos Figueiredo, o principal objetivo do estudo é traçar o perfil dos irrigantes da Bacia do Rio Samambaia apontando os pontos positivos e negativos da produção agrícola da região, e levantar as principais necessidades para gestão do uso da água e do solo. “Com esses dados em mãos, vamos poder planejar ações coletivas para gestão do uso da água e compartilhar experiências entre os produtores, além de ampliar o diálogo com os órgãos reguladores dos rios da Bacia: ANA e Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Secima)”, afirma o presidente da Irrigo.



Prévia do estudo realizado pela Irrigo e a ANA aponta que hoje a Bacia do Samambaia conta com 228 pivôs centrais ativos, mas falta monitoramento pluvial e fluvial impede conclusão com dados precisos sobre capacidade hídrica da Bacia

Após a coleta de dados, realizada pela Irrigo e pelo SRC junto aos produtores, todas as informações foram encaminhadas à ANA, em que o gerente de recursos hídricos, José Luiz Gomes Zoby, e o gestor de projetos, José Carlos de Queiroz, com o apoio do pesquisador da Embrapa Cerrado, José Humberto Xavier, desenvolveram um diagnóstico da Bacia do Rio Samambaia. O resultado dessa etapa do projeto foi apresentado aos irrigantes da Bacia em duas reuniões, a primeira no dia 1º de agosto, na sede do Sindicato Rural, e a segunda no dia 2 de agosto, na sede da Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal (Coopa-DF).

Diagnóstico

Zoby explica que para esse projeto foi usada uma metodologia da Embrapa que orienta, após a finalização do diagnóstico, uma devolutiva aos agricultores, apresentando o que foi levantado e confirmando se os dados obtidos condizem com a realidade. “Nessa parte do projeto é de suma importância a

participação dos produtores rurais, para que o resultado seja o mais fiel possível. É com esse engajamento das partes que poderemos planejar ações conjuntas para que se possa atender ao interesse comum de todos”, assinala o gerente de recursos hídricos da ANA.

Com uma média de chuvas de 1.400 mm/ano, o uso do solo da Bacia do Samambaia, que conta com uma área de 88 mil hectares (ha), compreende áreas de sequeiro (53,19%), irrigação (24,61%), reserva natural (20,73%) e outros usos (1,47%). Estão ativos 228 pivôs centrais que irrigam uma área de 20.131 ha. Durante o levantamento de dados, uma das perguntas dirigidas aos produtores foi sobre a intenção de aumentar a área irrigada. Dos 30 agricultores da Bacia, 23 afirmaram que pretendem expandir. A segunda pergunta é: há disponibilidade hídrica? Para responder a esse questionamento, o estudo identificou a necessidade da instalação de estações pluviométricas e fluviométricas na Bacia. “Temos apenas uma estação fluviométrica na Bacia do Samambaia e os dados são precários, a intenção da ANA é de conhecer os produtores e saber a intenção de cooperação nesse sentido, para que possamos firmar uma parceria para coleta de dados a partir da instalação de novas estações”, sinaliza Zobby.

Segundo o estudo, foram identificados 76 espelhos d’água na Bacia, o que corresponde a 1.410 ha de reservação (1,6% da Bacia), com capacidade de armazenamento estimada de 50 a 60 milhões de m³. “Precisamos avaliar a real situação dessas barragens, uma vez que

a identificação das mesmas foi feita através de imagens de satélite. Não se sabe grau de risco, estado de conservação e o nível de segurança dessas áreas”, pontua Queiroz.

Cooperação

Na Fazenda Village, o produtor Dario Nardi cultiva 980 ha irrigados por pivô central e afirma que a irrigação é primordial para o desenvolvimento econômico de Cristalina. “A irrigação é hoje o que nos dá segurança para fazer investimento no município e que nos estimula a acreditar no potencial de desenvolvimento econômico através da agricultura, porque a agricultura de sequeiro tem um alto risco para o produtor”, afirma. Para ele, o trabalho da Irrigo em parceria com a ANA e o SRC é fundamental para a organização dos irrigantes da Bacia do Samambaia. “Se os agricultores não se conscientizarem da importância de se organizarem em grupos em prol de objetivos comuns, e resolverem enfrentar todos os desafios impostos pelo setor sozinhos, não há como vencer”, afirma.

Pode-se perceber que entre as principais preocupações dos irrigantes estão os monitoramentos pluviométrico e fluviométrico da Bacia e os manejos de solo e de água, a fim de reduzir o gasto energético e otimizar o uso da água, bem como garantir a segurança das barragens. As próximas ações deverão ser definidas pelos produtores rurais da Bacia do Samambaia nos próximos dias. Após finalização do estudo, este será publicado no *site* da Irrigo. ☺

Com 980 ha irrigados, o produtor Dario Nardi afirma que a irrigação é primordial para o desenvolvimento econômico de Cristalina e é favorável ao trabalho de organização da Bacia do Samambaia pela Irrigo e a ANA



Dia de Campo do GTec Feijão destaca práticas de manejo favoráveis ao ambiente de produção de feijão em Cristalina

Evento aconteceu na Fazenda Pontinha, onde o GTec desenvolve há dois anos técnicas de manejo sustentável, em parceria com a Embrapa

Texto e Foto: Thalita Braga



O Grupo Técnico Feijão (GTec), em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), realizou, no dia 26 de julho, Dia de Campo sobre a cultura do feijoeiro comum, na Fazenda Pontinha, em Cristalina (GO). O evento reuniu produtores de várias regiões do Estado, consultores do GTec e pesquisadores da Embrapa Arroz e Feijão que, na oportunidade, lançaram a cultivar BRS FC104, que chega no mercado com o diferencial de ciclo de produção de apenas 65 dias. Segundo o vice-presidente

do GTec, Renato Caetano, o BRS FC104 chega ao mercado no próximo ano oferecendo ao produtor um cultivo com menos tempo de produção e com produtividade de 3,5 mil quilos por hectare. “Com o ciclo de apenas 65 dias, o BRS FC104 vai permitir que o produtor tenha mais liberdade na hora de planejar o plantio, respeitando o período de janela do feijão”, assegura Caetano.

Produtor rural e proprietário da Fazenda Pontinha, Martinho Roberto Minetto iniciou sua produção em Cristalina, na década de 1980, e hoje cultiva uma área de 330 hectares

Mais de 200 agricultores, consultores e pesquisadores participaram do evento na Fazenda Pontinha



Martinho Minetto, produtor rural no município de Cristalina (GO) desde a década de 80, destaca que o trabalho do GTec Feijão elevou a produtividade e qualidade do grão produzido na Fazenda Pontinha

Renato Caetano, vice-presidente do GTec, destacou a evolução do evento que ano a ano vem apresentando novidades em tecnologia e práticas de manejo no cultivo de feijão

de feijão em sistema de empresa familiar. Ele conta que implantou o sistema de pivô central no ano de 1999, e de lá para cá viu a produção aumentar, mas, para isso, investiu também em manejo de solo. “Se o agricultor não tiver consciência da necessidade de fazer um bom manejo de solo, chegará um momento em que ele não vai conseguir produzir mais nem capim. Antigamente se plantava milho e feijão, hoje já sabemos que é preciso fazer rotação se quisermos continuar na atividade produzindo feijão”.

Minetto destaca o trabalho do GTec, que há dois anos desenvolve práticas de produção na propriedade do agricultor. “Com o GTec percebemos que é preciso trabalhar o perfil de solo. Na nossa propriedade temos oito pivôs centrais; nos melhores plantamos feijão, e alternamos com o plantio de trigo, milho e sementes forrageiras, que garantem esse preparo do solo para receber o feijão”, conta. A produtividade por hectare chega a 60 sacas, mas o agricultor reclama do mercado. “O preço do feijão está péssimo. No ano passado a média de preço era de R\$ 329/saca.

Este ano estamos no início da colheita e estão nos oferecendo R\$ 120/saca. Os custos não baixaram, pelo contrário, a energia elétrica dobrou de dois anos para cá. É uma diferença muito grande de receita, não dá para apostar em uma única cultura”, diz.

GTec

O GTec Feijão é um grupo de engenheiros agrônomos que atua há 16 anos, em parceria com a Embrapa Arroz e Feijão, o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), o Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), Miac e Syngenta, para oferecer ao produtor um ambiente mais apto para produção do feijão. Segundo Caetano, o GTec vem cumprindo seu propósito de apresentar ao agricultor práticas de manejo favoráveis ao ambiente de produção feijão. “Através de pesquisa e experimentos, temos alcançado resultados satisfatórios no campo, e isso envolve um conjunto: parte biológica, fertilidade, equilíbrio do solo, plantas de cobertura, e a consequência de tudo isso é melhorar a produtividade e a rentabilidade do produtor”, afirma. 

Justiça determina suspensão da cobrança de ICMS sobre desconto concedido pela Aneel aos irrigantes

Benefício é resultado de ação coletiva iniciada pela Irrigo em favor de seus associados



Não demorou muito para que a Justiça decidisse em favor dos produtores rurais da Associação dos Irrigantes do Estado de Goiás (Irrigo). Após julgamento da ação coletiva que exigia a extinção da cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS) em cima do desconto de 10% concedido aos irrigantes pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) determinou o fim imediato da respectiva cobrança.

O advogado tributarista da Irrigo, Flávio Palmerston, explica que o assunto já foi pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), quando da edição da Súmula 457, que determina que “os descontos incondicionais nas operações mercantis não se incluem na base de cálculo do ICMS”. “Desconto incondicional é aquele que não exige nenhuma condição que precise ser cumprida para que o desconto seja oferecido. Não é necessário, por exemplo, que a compra seja à vista, nem acima de determinado número de unidades, nem que o pagamento seja antecipado”, esclarece.

Segundo Palmerston, o que ocorre é que o Estado de Goiás cobra o ICMS sobre o desconto propriamente dito. Tal tributo poderia considerar apenas o valor líquido da fatura. Além da extinção da tributação de ICMS sobre o desconto oferecido pela Aneel, a Irrigo também obteve decisão favorável em outra ação contra o Estado. “Nesta, foi retirada da base de cálculo para apuração do ICMS as parcelas inerentes à Tarifa de Uso de Distribuição (Tusd) e à Tarifa de Transmissão (Tust), nas faturas de energia elétrica. Se confirmadas as decisões no final dos processos, os associados terão direito a reaver os valores, indevidamente recolhidos, dos últimos cinco anos”, afirma.

Cabe agora a cada irrigante comunicar a intenção de fazer uso da determinação judicial à Irrigo, que irá oficializar à Companhia Energética de Goiás (Celg) a decisão e fazê-la cumprir determinada unidade consumidora. Interessados devem encaminhar cópia de fatura da Celg para o e-mail adm@irrigoias.com.br, com nome do responsável e telefone, para mais esclarecimentos. 

SER DO CAMPO É SER VIDA, É ALIMENTAR E DAR FORÇA



Não fique contando apenas com a chuva.

Adquira o melhor pivô de irrigação do mundo e garanta sua produção.



CERRADO VERDE
Irrigação | Desde 1997

representante
exclusivo



www.cerradoverde.com.br

[@cerradoverdesistemasdeirrigacao](https://www.facebook.com/cerradoverdesistemasdeirrigacao)

Lojas: Goiânia – Unai – Cristalina – Formosa – Brasília

 (61) 99985 8020

Você sabia que a maioria dos rompimentos de barragens ocorrem por falta de monitoramento, manutenção ou prevenção?



Dê segurança e garantia ao seu patrimônio. Evite acidentes, danos ambientais e gastos vultuosos.

A **HIDROENGE** possui equipe especializada em projetos, vistorias, avaliações, laudos e planos de segurança.

hidroenge
Engenharia e Consultoria Ltda.

ahy@terra.com.br | hidroengeconsultoria@gmail.com

(61) 99225 2887 

*Juntos, somos mais fortes.
Seja um associado Irrigo*



CONQUISTAS e BENEFÍCIOS

- ✓ Análise de protocolo de Outorga
- ✓ Lei da Irrigação
- ✓ Suspensão da cobrança de ICMS indevido (Celg)*
- ✓ Cadeira no Conselho de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- ✓ Representação na Câmara Temática de Irrigação do MAPA
 - ✓ Representação no Comitê da Bacia do Paranaíba
 - ✓ Representação no Comitê da Bacia do São Marcos



* Saiba mais sobre estes e outros projetos em andamento

61 3612-3484 ou **61 98565-0922**
adm@irrigoias.com.br
www.irrigoias.com.br